



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto**  
**Gabinete do Vereador Fabio Alceu Fernandes**

---

O Vereador **Fabio Alceu Fernandes e Ben Hur Custódio de Oliveira**, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município de Araucária/PR e o Regimento Interno desta Casa de Leis, propõe:

**PROJETO DE LEI Nº 115 /2018**

***SÚMULA: “Dispõe sobre o uso preferencial de agregados reciclados, oriundos de resíduos sólidos da construção civil, em obras e serviços públicos, no município de Araucária.”***

**Art. 1º** Dispõe sobre a política de uso preferencial de agregados reciclados, oriundos de resíduos sólidos da construção civil, em obras e serviços públicos, no município de Araucária.

**§ 1º** Considera-se como agregado reciclado, os resíduos da construção civil provenientes de atividades de construções, reformas, reparos, demolições, oriundos de obras de construção civil e de escavações de terrenos, tais como: concreto, argamassa, produtos cerâmicos e demais materiais definidos como Classe A, de acordo com o Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.

**§ 2º** Fica definido o percentual mínimo de 10% (dez por cento) dos materiais previstos no parágrafo primeiro, para serem utilizados em obras e serviços públicos a serem contratados ou executados pelo Poder Público Municipal.

**Art. 2º** Os resíduos classe A serão utilizados na forma de agregados reciclados, ou dos produtos que os contenham, na execução das obras e serviços da seguinte forma:

I - na execução de sistemas de drenagem urbana ou suas partes, em substituição aos agregados convencionais utilizados a granel em embasamentos, nivelamentos de fundos de vala, drenos ou massas;

II - na execução de obras sem função estrutural como muros, passeios, contrapisos, enchimentos, alvenarias etc;

III - na preparação de concreto sem função estrutural para produção de artefatos como blocos de vedação, tijolos, meio-fio (guias), sarjetas, canaletas, mourões, lajotas, placas de muro etc;

IV - na execução de revestimento primário (cascalhamento) ou camadas de reforço de subleito, sub-base e base de pavimentação em estacionamentos e vias públicas, em substituição aos agregados convencionais utilizados a granel.



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto**  
**Gabinete do Vereador Fabio Alceu Fernandes**

---

**Art. 3º.** Ficam dispensados do cumprimento das disposições contidas no art.1º e seus parágrafos desta Lei, as obras e serviços:

I – que sejam executas em caráter emergencial;

II – em que a utilização dos agregados reciclados seja tecnicamente ou economicamente inviável;

III – quando não houver disponibilidade no mercado, de material beneficiado com características adequadas.

**Parágrafo Único** – Nas hipóteses previstas neste artigo, a não utilização dos agregados reciclados deverá ser justificada por meio de estudo técnico ou econômico que demonstre a inviabilidade de atendimento dos critérios ora estabelecidos no processo de contratação.

**Art. 4º** As condições para o uso de agregados reciclados, ou produtos que o contenham, devem ser estabelecidas para obras contratadas ou executadas pela administração pública direta e indireta, obedecidas as Normas Técnicas Brasileiras específicas e a Lei nº 8.666/93.

**Art. 5º** Nos editais e nas especificações técnicas para obras e serviços públicos, deverá constar a cláusula especificando os preceitos impostos por esta lei.

**Art. 6º** O Poder Executivo Municipal fica autorizado a celebrar parcerias com cooperativas de recicláveis e/ou instituir Eco Pontos para o recolhimento e depósitos dos referidos materiais a serem reciclados.

**Art. 7º** Os demais atos necessários à execução desta Lei poderão ser regulamentados por meio de ato próprio do Poder Executivo Municipal, através de sua Secretaria competente.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei, visa incentivar o uso de agregados reciclados, oriundos de resíduos sólidos da construção civil e de demolições, em obras e serviços públicos, garantindo a proteção ambiental, o desenvolvimento sustentável, o controle da poluição e a preservação da saúde pública.

De acordo com o Ipea, os resíduos de construção civil representam um grave problema em muitas cidades brasileiras. Estima-se que possam representar de 50% a 70% da massa dos resíduos sólidos urbanos no País, e destes, apenas 3 por cento vai para a reciclagem.



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto**  
**Gabinete do Vereador Fabio Alceu Fernandes**

---

A destinação dos resíduos da construção civil tem se tornado um sério problema, tanto para a população como para o Poder Público, que não possui espaços físicos adequados para armazenamento, além da destinação incorreta destes materiais acarretar problemas de saúde e problemas ambientais.

Ao mesmo tempo em que figura como um dos setores que mais geram riqueza e postos de trabalho no Brasil, a construção civil é também uma das principais geradoras de resíduos que atualmente não são bem aproveitados. Hoje, muitos municípios deixam os resíduos irem para os aterros, o que reduz a vida útil dos aterros, desperdiçando toda uma matéria-prima que poderia gerar outros produtos, como tijolos, blocos e preenchimentos de desníveis

Além do ganho ambiental, há vantagens econômicas em reciclar o material da construção e das demolições, a economia chega em média de 30% do valor do material.

O exemplo do Poder Público servirá como estímulo para que o setor privado também utilize em suas obras, agregados reciclados da construção civil.

Desta forma, justifico a proposição e solicito ao Distinto Plenário que vote favorável a este Projeto de Lei, sendo encaminhado à Mesa Diretora para que tome as providências cabíveis.

Câmara Municipal de Araucária, 25 de junho de 2018.

Fabio Alceu Fernandes  
VEREADOR

Ben Hur Custódio de Oliveira  
VEREADOR